



Conceitos de natureza e governamentalidade em Foucault e os 101 anos da expedição de Arthur Neiva e Belisário Penna ao nordeste brasileiro

BRUNO FRAGA FERNANDES*

Para Foucault, a ideia de natureza está associada à noção de meio natural histórico. O meio natural envolve tanto o espaço de circulação quanto da ação (FOUCAULT, 1978). Envolve dados naturais, relacionados a uma geografia física, com relevos característicos e recursos naturais. Mas também onde opera a instrumentalização da natureza pelo homem, modificando artificialmente o meio. O uso potencial dos recursos e o conhecimento necessário para o maior aproveitamento destes recursos estão na base desta noção de meio natural. É desta segunda natureza que Foucault faz referência e que buscaremos articular com o presente trabalho.

Analisando esta questão em Foucault, ou seja, da representação da natureza, concluímos que a relação de poder perpassa toda a reflexão. Porque para ele, o meio histórico natural é diferente das naturezas prévias e diferencia-se entre artificial e natural. Neste respeito, torna-se complexa a atuação do Estado na transformação do meio natural, em suas formas de se legitimar e reproduzir-se, adquirindo contornos bastante específicos desde os fins do século XIX. De acordo com Martín(2010: 84): “Así intentamos demostrar que desde fines de siglo XIX el Estado, em sus distintos niveles, había jugado – y continuaba jugando – um papel central em el manejo y estructuración de las interacciones sociales com la naturaliza.”

Desta maneira, podemos compreender que determinados projetos governamentais podem ser reconhecidos como uma instrumentalização do Estado para o domínio do meio geográfico, do seu território, de sua própria população. O Estado tem uma função de suma importância na estruturação das relações com a natureza, especialmente durante fins do século XIX e século XX.

*Doutorando pelo Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA-UFRJ) e professor EBTT (CEFET RJ).

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Neste caso, a primeira ideia importante é a forma de intervenção, com a finalidade de controlar a população, mas é também importante fazer referência à concepção moderna de

uma natureza instrumentalizada. Por outro lado, é interessante ressaltar a ideia de que os indivíduos são indissociáveis da sua materialidade, e que os acontecimentos humanos interferem com os diferentes tipos de conformação da natureza.

A gestão dos recursos do país, sejam eles naturais ou populacionais, encontra no Estado moderno sua racionalidade mais explícita, através de programas e projetos que visam desenvolver as potencialidades da nação. Este conceito de governamentalidade, eminentemente político, que define a relação entre o território e o meio, está bem definido por Foucault (2008: 39) no tipo de Estado:

“regulador de um meio no qual não se trata tanto de determinar os limites, as fronteiras, no qual não se trata tanto de determinar localizações, mas, sobretudo, essencialmente de possibilitar, garantir, assegurar circulações: circulação de pessoas, circulação de mercadorias, circulação do ar, etc. Para dizer a verdade, essa função estruturando espaço e do território pelo soberano não é coisa nova no século XVIII. (...) Mas resta saber também, justamente, no interior de que economia geral de poder se situam esse projeto e essa estruturação do espaço e do território. Trata-se de marcar um território ou de conquista-lo? Trata-se de disciplinar súditos e fazê-los produzir riquezas ou trata-se de constituir para uma população algo que seja um meio de vida, de existência, de trabalho?”

Percebemos que existe um vínculo muito grande entre a noção de governamentalidade e o avanço das práticas capitalistas. As relações capitalistas envolvem também relações de poder. O conhecimento inerente ao desenvolvimento do capitalismo gera práticas e dispositivos materiais de intervenção social que possibilitam ao Estado o controle sobre a natureza. Mas esse controle, mais uma vez, está baseado em relações de poder. O enquadramento desejável de determinada população, ou do meio espacial, envolve um esforço de dar racionalidade por parte do Estado; esforço este que chamamos de governamentalidade, segundo Foucault.

Uma consequência positiva desta abordagem é a possível desnaturalização de algumas ações por parte do Estado; neste sentido as noções de hegemonia e governamentalidade podem ser usadas para entender melhor as ações aparentemente neutras e como projetos ambientais estão ligados a relações de poder.

O estado governamentalizado tem como característica a disputada dos grupos que se pretendem hegemônicos, que vão demonstrar suas credenciais legitimadoras ao intervirem de forma a solucionarem problemas, especialmente aqueles referentes à natureza e a população.

A capacidade de administrar evidencia uma ciência racional de governo, em que o conhecimento necessário resulta em uma espécie de domínio, ou poder. Este conhecimento se manifesta através de leis, posturas comportamentais, padronização de medidas, produção de relatórios e estatísticas, entre outras formas de estruturação do Estado frente à natureza e sua população.

No caso específico do Brasil, vários esforços foram empreendidos desde o século XIX com o objetivo de se construir um conhecimento pretensamente racional sobre a nação e estimular o desenvolvimento nacional, em campos os mais variados possíveis. Um dos aspectos relevantes para os intelectuais brasileiros era a falta de conhecimento sobre a realidade do próprio país. Buscando aspectos para a compreensão de nossa nacionalidade e identidade, os intelectuais do período - compreendido entre o fim do século XIX e início do XX, entre o fim da Monarquia e a emergência da República - processaram uma nova descoberta do Brasil. A ideia de progresso estava intrinsecamente associada à ciência. E o progresso viria através de uma transformação social, a ser operada na população e no ambiente natural através do Estado. Neste sentido, foi ímpar a contribuição para o debate intelectual a obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões* (publicado originalmente em 1902).

Tal obra teve um impacto significativo nas elites europeizadas das cidades brasileiras. Colocava-se um verdadeiro desafio àqueles que postulavam a constituição de uma nação moderna: o resgate do interior brasileiro, do sertanejo, do caboclo.

Em Euclides da Cunha, a nação está dividida em uma dicotomia “civilização do litoral” – “barbárie do sertão”. Mas o autor vê in loco a depressão física e moral do povo sertanejo, e busca pensar em um sistema novo, que pudesse suavizar os contrastes irremediáveis destes opostos. Recusa a xenofobia, e suaviza o sentido do nacionalismo racial. Descortina para o país uma população marginalizada no interior, hostil à República porque excluída da mesma. Embora este Brasil fosse visto como bárbaro e inapto à civilização, Euclides da Cunha o vê como o núcleo de uma futura identidade nacional.

E constatamos que os intelectuais desta geração tinham a perspectiva de interferir junto ao Estado para mudar-lhe a configuração política. Segundo a perspectiva de diversos pensadores que projetaram uma remodelação do Estado, este deveria integrar-se ao ideal de nação, concomitante aos interesses nacionais. Visto desta forma, o Estado seria o promotor do

desenvolvimento econômico e da unidade nacional. Mas esta construção da nacionalidade encontrava um obstáculo justamente na ausência de uma consciência nacional.

Um dos grupos de intelectuais engajados que contribuíram para esta discussão foram os médicos-sanitaristas, em especial aqueles articulados no Instituto Oswaldo Cruz. O movimento desses médicos tornou-se crescente, ganhando primeiro uma força simbólica, e finalmente ganhando lugar nos principais periódicos nacionais. (CASTRO SANTOS, 1985).

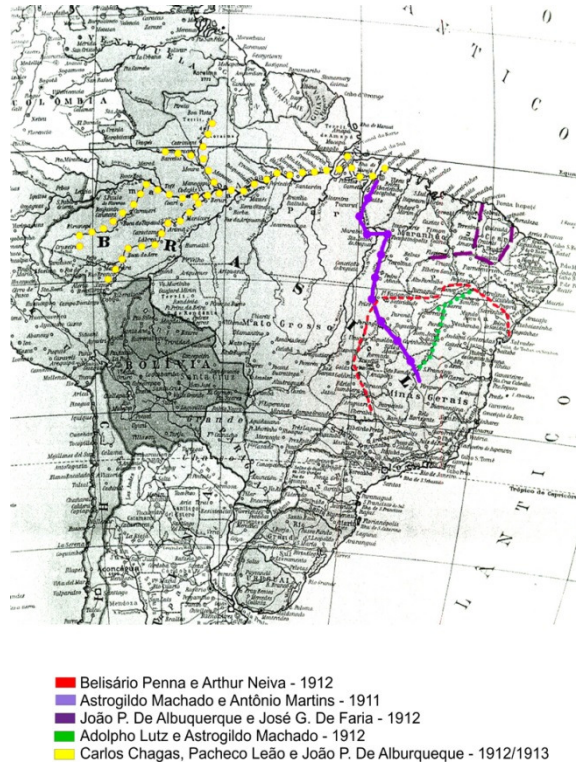
Tendo *Os Sertões* de Euclides da Cunha como referência primária, os médicos-sanitaristas focalizam, como ele, o tema do isolamento do sertanejo. Mas ampliaram esta questão para a realidade do abandono de que eram sujeitos pelo governo e mesmo pelas elites intelectuais. Os médicos-sanitaristas acusaram esta elite de não perceberem a realidade do Brasil. Apontaram para a necessidade de se conhecer este “Brasil Real”. Criticavam sobretudo a visão ufanista do Brasil, devido ao desconhecimento que esta demonstrava ter das mazelas do interior brasileiro; de forma similar, não aceitavam a tese da inferioridade racial do brasileiro como fator do atraso do Brasil, apontando uma outra configuração para este atraso, de ordem médica, envolvendo a própria saúde da população. (LIMA, 1999).

Neste sentido, havia uma convergência entre aqueles que defendiam uma maior atuação política do Estado e os sanitaristas, que percebiam que somente com um Estado mais presente, poder-se-ia resolver a questão da saúde no Brasil. Exemplo disto são as posições tomadas tanto por Arthur Neiva quanto por Belisário Penna (NEIVA e PENNA, 1916), que iremos analisar logo a seguir. A regeneração nacional, para usar o termo corrente entre a *minotitéagissante* da época, passava pela resolução da questão sanitária e educacional, segundo esta corrente nacionalista. (HOCHMAN, 1993, 1998)

Neste sentido, realmente a década de 1910 foi marcada por esforços para se conhecer e pensar a realidade do país, como é o caso de expedições de caráter variados que se dirigiram para o interior do Brasil e, no caso particular de nossa proposta, as expedições do Instituto Oswaldo Cruz assumiram caráter relevante. Foram várias expedições e contratos de serviços realizados, sobretudo, no Norte e Nordeste do país. Passados 101 anos destas expedições, convém rememorar este momento específico da nossa história.

Algumas expedições tiveram um planejamento de maior envergadura no conhecimento das condições internas do território brasileiro. É o caso de três expedições que foram realizadas a serviço da Inspeção das Obras Contra a Seca, entre março e outubro de 1912. Uma delas foi chefiada por João Prado de Albuquerque e José Gomes de Faria, percorrendo o Ceará e o norte do Piauí. Outra percorreu o Rio São Francisco, de Pirapora a

Juazeiro, cujo comando foi de Adolpho Lutz e Astrogildo Machado. A que examinaremos era chefiada por Arthur Neiva e Belisário Penna, e percorreu o norte da Bahia, o sudeste de Pernambuco, o sul do Piauí e Goiás, de norte a sul. Outras expedições foram as de Astrogildo Machado e Antônio Martins (1911) e uma de Carlos Chagas, Pacheco Leão e P. de Albuquerque (1913).



(*Ciência a Caminho da Roça: Imagens das Expedições*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1991)

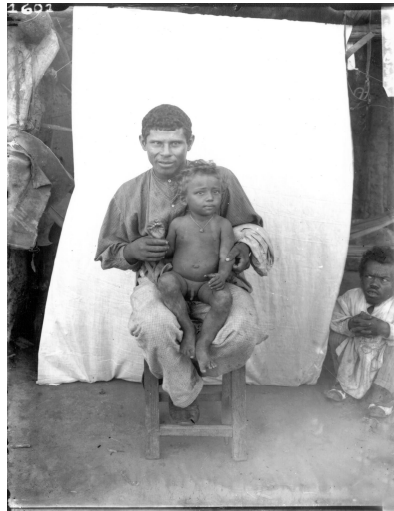
Desta forma, um projeto de integração nacional, engendrado em um plano superior de identidade nacional, colocava em relevo uma prática expedicionária ao interior brasileiro. Cumpre, no entanto, não perder de vista os interesses envolvidos mais imediatos. Empresas particulares e públicas necessitavam de proteção para seus operários, como é o caso da construção de ferrovias, que iriam trabalhar no interior brasileiro, sujeito às adversidades sanitárias regionais, às diversas doenças.

A viagem iniciou-se no dia 18 de Março de 1912, partindo do Rio de Janeiro a bordo do paquete (barco) nacional “Brazil” com destino à Bahia, e terminou no dia 25 de Outubro do mesmo ano. Em uma sentença resumimos esta expedição? De forma alguma, pois entre o dia 18 de Março e o dia 25 de Outubro foram tantas as experiências vividas por estes homens que esta expedição ficou gravada indelevelmente em suas memórias, a ponto de influenciar entusiasticamente Arthur Neiva e Belisário Penna a propagandear aos intelectuais e às elites

de então, as realidades sofridas do interior brasileiro. Nestes sete meses, percorridos os Estados da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás, todos aos membros da comitiva estavam exaustos, mas chegaram a salvos.

Entre municípios, vilarejos, fazendas e diversos lugares, a expedição percorreu mais de 16 locais. Obviamente, o objetivo primário da expedição era científico, com a coleta de exemplares da flora e fauna. Este material coletado era de importância ímpar na formação de coleções científicas. Estas coleções dividiram-se da seguinte forma: - plantas venenosas; - protozoários; - vermes; - insetos hematófagos.

Ao mesmo tempo, esta expedição procurava analisar as diversas moléstias e doenças que vitimavam o povo nordestino. Desta maneira, foram examinadas as seguintes doenças, segundo a terminologia usada então: - febre amarela, esquistosomose, disfasia espasmódica, vexame do coração, impaludismo, tuberculose, sífilis, boubas, lepra, leishmaniose, moléstia de chagas, moléstia de Heine-Medin, difteria, falaria, carbúnculo, disenteria, espizootias.



(Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação – Imagem IOC - FOC (AC-E) 2.33.4 – População doente: garoto hexadactyle. À direita, um caso de nanismo. Tamanduá, Piauí, maio de 1912)

O relatório também se ocupa da Moléstia de Chagas. Neiva e Penna confirmam a suspeita de que a Moléstia de Chagas já “pintava”, ou seja, já aparecia esporadicamente naquelas zonas. As primeiras evidências foram encontradas em Paranaguá. Porém, não se encontravam exemplares em número considerável de *Triatomamegista* (barbeiro), só aparecendo subitamente em abundância em lugar denominado Lages. Mas o mal de Chagas

não era observado. Mesmo assim, mesmo não encontrando até aquele ponto (Lages) nem um só exemplar de *Triatomamegista*, o relatório afirma que as informações, porém, deixavam suspeitar a existência nos arredores do barbeiro e indicações de enfermos do mal de Chagas em povoações do município de Remanso. É interessante esta afirmação, pois alguns anos depois a comunidade científica entraria em um grande debate sobre a moléstia de Chagas, com alguns especialistas afirmando que Chagas não teria feito nada extraordinário. Da mesma forma, sustentava-se que o mal teria pequeníssimas proporções.

Para o Instituto Oswaldo Cruz, era necessário reafirmar constantemente seus feitos e legitimar-se. Daí certa dose de corporativismo implícito nestas afirmações de Neiva, pois o que esperavam deveria se confirmar. Neiva admite mais adiante que “nesta localidade (Lages), portanto, estávamos diante de grande abundância de transmissores sem que existisse, no entanto, a moléstia, mal grado as informações da sua proximidade.” A moléstia só apareceu em Caracol, mas em pequena quantidade. Mas justiça seja feita, posteriormente um grande número de doentes desta moléstia foram encontrados. A conclusão posicionou o estado de Goiás como o mais flagelado pela moléstia de Chagas.

O relatório preocupou-se com o estudo do clima da região percorrida, pois três vezes ao dia eles paravam e faziam observações. Para o clima, utilizou-se um termômetro de máxima e mínima, sendo a máxima de todo o percurso 34° e a mínima de 7,5°, durante todo o trajeto. Juntamente com o clima, eram feitas observações sobre as formações vegetais, com a marcha da seca de leste para oeste. Quanto ao problema da seca, que era um dos objetivos da expedição, um dos capítulos é intitulado “Diminuição das Águas”. Nele é feita uma análise do volume das águas nos rios. De Petrolina até Paranaguá (Vila), não é observado nenhum rio perene. O relatório chama a atenção para o fato de que a desertificação do solo é um dos principais fatores para a temporalidade dos afluentes dos principais rios. E nisto, parece que o próprio homem tenta apressar a desertificação do solo, através da destruição da vegetação. Isto se dá através das queimadas.

Segundo o relatório de Neiva e Penna, estas queimadas eram efetuadas em enorme escala, durante meses. Geralmente a queimada era feita com o objetivo de produzir, posteriormente, melhor vegetação (pasto) para os animais. Da mesma forma, matas eram queimadas (coivaras) para a plantação de roça. Porém, Neiva relata que os animais tiveram dificuldade em se alimentar, o que desqualifica a queimada.

Sobre o problema das queimadas, chama-se atenção para uma obra do séc. XVIII (CERQUEIRA e SILVA, 1849), onde o ouvidor F. Nunes da Costa queixava-se das práticas de queimada, assimilada dos índios. Ele fazia petições à metrópole para que ela impedisse a destruição das matas, algo que já haviam tentado desde 1652. O relatório considera a solução para o problema da seca não somente a construção de açudes. O problema é visto como poliédrico. O complemento indispensável para a solução deste problema é, para os médicos, o reflorestamento do nordeste, para que os mananciais que mantêm os açudes não se estancassem. A simples construção de açudes não iria solucionar permanentemente o problema. Mas, para este empreendimento, seria necessária uma completa mudança de postura e mentalidade do nordestino. Como mudar esta mentalidade? O relatório sugere que o problema reside no isolamento dos povos daquelas regiões. Seria necessário integrá-los ao todo nacional, desenvolvendo a educação e o progresso.

Esta preocupação com os tipos humanos revela um desejo de aumentar o conhecimento sobre a realidade destas populações, de forma a melhor intervir. Percebemos que as comunidades aparecem como ignorantes e impossibilitadas a desenvolver-se por conta própria, o que resulta em um discurso carregado de indignação e inconformismo. Embora não seja considerado o único responsável pela situação em que se encontra o sertanejo, o problema da água é analisado, bem como a falta de iniciativa para resolvê-lo (NEIVA e PENNA, 1916: 190):

“... Não se pode imaginar natureza mais hostil. A par disso, a ausência d’agua em trechos longos de 4, 6, 8 e 10 leguas e a que se encontra em logares determinados,... Essa a agua para homens e animais, essa a agua que bebiamos com sofreguidão, tal a sêde com que chegavamos aos pousos. Não encontrámos um rio ou riacho correndo.”

No entanto, conforme sublinhamos anteriormente, aparece claramente a noção de que o problema não se resume à água, mas envolve a questão da integração destas regiões ao todo nacional. O isolamento em que elas se encontram é apontado como fonte verdadeira do seu atraso, tornando-as impermeáveis ao progresso.

Percebemos, através da observação do diário e do relatório apresentado por Neiva e Penna, subsídios para compreendermos algumas propostas de superação de um determinado “estado” do nordeste e um projeto de integração nacional.

Os relatórios são permeados de análises, dados objetivos e prováveis soluções que atendam aos objetivos de seu contratante: o governo federal. Isto porque, se a Inspetoria de Obras Contra a Seca os contratou(o Instituto Oswaldo Cruz), o fez com objetivos definidos. Vimos que o objetivo primário da expedição era científico, com a coleta de exemplares da flora e fauna, mas que pudessem fornecer subsídios para o estudo da seca e do problema nordestino.

Entre as diversas identidades formuladas sobre a nação brasileira, desde aquelas ligadas ao ideal romântico indigenista do século XIX, passando pelas figuras representativas dos símbolos nacionais da República, até nossas identidades ancoradas nos aspectos culturais, como a música, a língua e mesmo o futebol, indubitavelmente a campanha pelo saneamento dos sertões pode ser considerada representativa de uma época. Referindo-se a este momento, Luciana Murari (2009: 308) descreve o ambiente intelectual em que se produziram os discursos sanitaristas:

“A reabilitação do homem rural brasileiro pregada pelo escritor encontrou seus fundamentos na medicina higienista, que lograva naquele momento identificar alguns dos principais agentes patológicos que medravam nos sertões brasileiros. Com a engenharia de um lado, e a medicina de outro, a intelectualidade do país passava a buscar soluções e a endossar projetos redentores, vencendo o fatalismo geográfico e racial que para muitos obstava o progresso e a modernização da sociedade brasileira. A medicina higienista vinha, desde o final da primeira década do século XX, ocupando-se mais intensamente das grandes questões nacionais.”

Embora o diário e relatório tenham inúmeras outras informações relevantes, este breve painel apresentado evidencia uma conexão com alguns dos conceitos analisados em Foucault, juntamente com a relevância desta abordagem para uma historicização das questões ecológicas e políticas, via articulação Estado-natureza. Percebemos como o espaço, a natureza, o território e a população se inscrevem em projetos hegemônicos, sejam eles estatais ou não. Os sentidos que as pessoas dão ao território e suas relações complexas com a natureza possibilitam matizar diferentes perspectivas sobre a importância do estudo sobre a relação entre o Estado e a natureza.

As contribuições de Foucault para a questão ambiental põem em relevo formulações teóricas sobre a natureza do poder; poder este que se exerce e é operacionalizado sobre um território, com sua população. O estudo das articulações entre a governamentalidade do Estado e os meios deste agir sobre a população e natureza possibilita um conhecimento mais

complexo e profundo da relação Estado-natureza. E tem como resultado a relativização, senão o esmorecimento, da dicotomia Estado/natureza.

Tal aporte teórico posiciona o Estado governamentalizado em uma relação de sinergia com a natureza, instrumentalizando-a com o objetivo de enquadrá-la em um modelo social, ou que se quer que a sociedade desenvolva. Nesta perspectiva, as relações entre as pessoas e a natureza são direcionadas tendo como viés condutor os interesses de racionalidade do Estado. Não foi outra as condicionantes dos projetos que resultaram na “redescoberta” dos sertões, representada pelas expedições analisadas nesta reflexão. Ao propor soluções para o atraso brasileiro, reabilitando sua gente e regenerando uma população que eles consideravam doente e inabilitada para o trabalho produtivo, os sanitaristas contribuíram com um novo olhar sobre o Brasil. Possibilitaram a construção de um projeto de nação alicerçado na população. Mas ao mesmo tempo, demonstrou um projeto de Estado há 101 anos, com as características da governamentalidade, típica dos Estados contemporâneos. Expuseram um esforço de produção de conhecimento sobre o território, a natureza e a população, configurando-se, a partir dos aportes teóricos de Foucault, em uma problematização que torna mais dinâmica e complexa o estudo da relação entre o Estado e natureza.

Fontes

CERQUEIRA e SILVA, I.A. Dissertação histórica, ethno-graphica e política. Pp 143-195. Revista do IHGB, vd. XII, Rio 1849.

NEIVA, Arthur e PENNA, Belisário – Relatório da “Viajem Científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiaz” in Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, 8(3): 74-184, 1916.

NEIVA, Artur e PENNA, Belisário – Diário da “Viajem Científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiaz” in Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, 8(3): 184-224, 1916.

Referências Bibliográficas

CASTRO SANTOS, Luís A. 1985. “O pensamento sanitaria na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade”. In Dados, vol. 28, no 2.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo: Três, 1984.

FOUCAULT, M. “A governamentalidade”, Microfísica do poder, Rio de Janeiro, Graal. PP. 277-293, 1978.

FOUCAULT, M. Segurança, Território, População. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martin Fontes, 2008.

HOCHMAN, Gilberto. A reforma da saúde pública ou quem deve ser o responsável pela "doença que se pega"? In: HOCHMAN, Gilberto. A era do saneamento: As bases da política de Saúde Pública no Brasil. São Paulo: HUCITEC; ANPOCS, 1998. 261p. p.91-147.

_____. Regulando os efeitos da interdependência: Sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930). In Estudos Históricas, Rio de Janeiro, v.6, n.11, 1993, p. 9.

LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, 1999.

MARTÍN, F. (2010) “La naturaleza del poder. Ecología política del desarrollo (capitalista) regional en Mendoza, Argentina. 1879-2000”. Tesis Doctoral.

MURARI, Luciana. Natureza e Cultura no Brasil. São Paulo: Alameda, 2009.